

**Ata da Décima Quarta Reunião da Câmara  
Estadual de Compensação Ambiental da  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável do Amazonas  
(CECA/SDS).**

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, na Sala de Reunião do Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), com início às nove horas e término às doze horas, realizou-se a Décima Quarta Reunião da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA/SDS). A reunião teve como pauta única a continuidade da discussão sobre a minuta do Decreto Estadual que regulamentará os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), quanto à obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental, e cria a Câmara e Comitê Técnico Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Executivo. A versão final será debatida no Workshop sobre Compensações Ambientais no Brasil, a ser realizado nos dias 25 e 26 de outubro do corrente ano. Após as discussões, que alteraram o conteúdo da proposta até o Capítulo V, anexo a esta ata consta a versão corrigida pelo Colegiado. Foi deliberada a realização de nova reunião para finalização da avaliação. Eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da Reunião, após aprovada lavrei e assinei a presente ATA, que incorpora, como anexo, a lista com as respectivas assinaturas dos membros do colegiado da CECA presentes na reunião.

  
**João Rodrigo Leitão dos Reis**  
Secretário da Reunião



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**14ª REUNIÃO DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA****Data:** 20/09/2012; **Horário:** 09:00 às 12h00; **Local:** Sala de Reunião – Gabinete SDS.**LISTA DE PRESENÇA****1 – GABINETE DA SDS**

N.	Técnico	Assinatura
01	Nádia Cristina d'Ávila Ferreira	
02	Kamila Botelho do Amaral	

**2 – CENTRO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – CEUC/SDS:**

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Kátia Helena S. C. Schweickardt	T	
02	Francisco Pinto dos Santos	S	
03	Christina Fischer	S	

**3 – INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM:**

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	Maria Gorete Mello da Silva	T	
02	A designar.	S	
03	Sérgio Martins D'Oliveira	T	
04	Gerson Oliveira da Silva	S	
05	Fábio Rodrigues Marques	T	
06	Marcelo Augusto dos S. Pinheiro	S	

**4 – SEC. EX. ADJ. DE COMPENSAÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS – SEACA**

N.	Técnico	M.	Assinatura
01	José Adailton Alves	T	
02	Assunção Pereira de Oliveira	S	
03	João Rodrigo Leitão dos Reis	T	
04	A designar.	S	

M. = Membros.

T. = Titular.

S. = Suplente.

**5 – PARTICIPANTES:**

N.	Nome	Instituição	Assinatura	Fone	E-mail
01	José Carlos Monteiro de Souza	IPAM		2123-6771	2009mensa@gmail.com
02	Mayara Viciol	IPAM		2123-6757	vidal.mayara@gmail.com
03					
04					
05					



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**MINUTA**  
**(Resultados da 14ª Reunião da CECA - Atualizada 20/09/2012)**

**DECRETO Nº XXX, DE XX DE XXXX DE 2012**

Regulamenta os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, que instituiu o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), quanto a obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental; cria a Câmara e Comitê Técnico Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Legislativo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, VIII da Constituição Estadual.

**CONSIDERANDO** que o Princípio do Poluidor/Usuário-Pagador, estabelecido no art. 225 da Constituição Federal e no art. 14, da Lei Federal n.º 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, impõe ao degradador a obrigação de indenizar os danos causados e ao usuário a obrigação de compensar a utilização dos recursos ambientais com fins econômicos;

**CONSIDERANDO** que a regularidade do licenciamento ambiental de estabelecimentos ou atividades considerados efetiva ou potencialmente degradadores/poluidores do ambiente dependem do pagamento de medidas de compensação ambiental.

**CONSIDERANDO** o que dispõe o art. 36 da Lei n.º 9.985, de 15 de junho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC), e os arts. 53 e 54 da Lei Complementar nº 53/2007, de 05 de junho de 2007, que institui do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC);

**CONSIDERANDO** o que dispõe os arts. 31 ao 34 do Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002, a Resolução CONAMA nº 371, de 05 de abril de 2006, e o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, que dispõem sobre os procedimentos para a compensação ambiental;

~~**CONSIDERANDO** que o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n. 3378/2008, com julgamento em 09/04/2008, reputou parcialmente inconstitucional o § 1º do art. 36 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000;~~

**Proposta da CECA**

~~**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer metodologia para valoração da compensação compartilhamento sobre o grau dos significativos impactos ambientais, atendendo à decisão do Supremo Tribunal Federal;~~

**Proposta da CECA**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

**CONSIDERANDO** as disposições contidas na Lei Estadual nº. 3785, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre o licenciamento ambiental no Estado do Amazonas, revoga a Lei nº. 3219, de 28 de setembro de 2007, e da outras providências;

Incluído CECA

**Inserir previsão legal para empreendimentos cuja intervenção seja motivada e caracterizada como de utilidade pública ou interesse social**

Texto Dr. Marcelo

#### **DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto regulamenta os artigos 53 e 54 da Lei Complementar Estadual nº 53, de 05 de junho de 2007, para efeito da fixação, cálculo, cobrança, destinação, repartição, aplicação, revisão de valores e gestão dos recursos oriundos da obrigatoriedade da Compensação Ambiental para atividades e empreendimentos geradores de significativo impacto ambiental; **assim considerado pelo órgão ambiental competente com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**, assim como, cria a ~~Câmara e Comitê Técnico~~ Estadual de Compensação Ambiental por ato do Poder Legislativo. **(com base no artigo 1º do Decreto Federal 6848-09).**

### **CAPITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2º A Compensação Ambiental no Estado do Amazonas, possui como diretrizes os seguintes princípios:

**I – Prevenção - conceito Dr. Marcelo**

**II – Precaução – conceito Dr. Marcelo**

**III – princípio do poluidor pagador:** baseado na internalização dos custos ambientais gerados pelos impactos negativos não mitigáveis causados por atividades e empreendimento, devendo ser suportado pelos agentes que os originaram.

**IV – princípio do desenvolvimento sustentável:** consistente na adoção de medidas que visem à conservação do meio ambiente, associadas aos benefícios de ordem social, econômica e ecológica que combatam a pobreza e proporcionem às futuras e às presentes gerações melhoria do padrão de qualidade de vida;

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:

**I – Compensação Ambiental:** é a forma de compensar os impactos ambientais não mitigáveis pela utilização dos recursos e serviços ambientais de destinação coletiva, determinando-se percentual de valor para cobrança, a partir da análise dos estudos ambientais e da determinação da magnitude do impacto ambiental;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

II – Significativo impacto ambiental: nível de impacto decorrente da implantação de empreendimentos e de atividades consideradas efetiva ou potencialmente impactantes, que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais;

III - Poluição Ambiental: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV – Estudos Ambientais: São estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento apresentado como subsidio para análise da licença requerida, e exigidos no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades em função do seu efetivo ou potencial grau de impacto, elaborado por profissional habilitado;

V – Grau de Impacto (GI): a unidade de medida dos impactos negativos não mitigáveis, obtida pelo somatório dos pontos pertinentes aos indicadores ambientais de cada componente avaliado;

VI – Indicadores Ambientais: os parâmetros quantificáveis da amplitude dos impactos negativos não mitigáveis de um empreendimento, definidos em pontos percentuais, que integram os componentes considerados para o estabelecimento do grau de impacto;

VII – Parecer de Gradação – documento de caráter técnico, elaborado por equipe multidisciplinar, resultante da análise de estudos ambientais e teor contido no Processo de Licenciamento Ambiental, determinando, a partir da metodologia de cálculo, o percentual da Compensação Ambiental;

VIII – Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA) – instrumento com força de título executivo extrajudicial, assinado entre empreendedor e o **órgão ambiental licenciador, com interveniência da SDS**, que estabelece as obrigações, valor do recurso, prazos e demais informações pertinentes, para a execução das medidas de compensação ambiental, ~~aprovadas pela Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA),~~ **devendo ser assinado antes da concessão da Licença de Instalação (LI);**

IX – Plano de Trabalho - conjunto de atividades e ações técnicas com seu respectivo plano de aplicação, decorrentes da destinação dos recursos de compensação de cada empreendimento, ~~vinculado ao TCCA;~~

**Plano de Trabalho ser restrição da LI – órgãos gestores de Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e privadas.**

**Conta por Compensação Ambiental de Empreendimento**

X – Custo Total de Implantação do Empreendimento – Somatório dos investimentos inerentes à implantação do empreendimento



XI – Projetos Estruturantes - são ações que atendam um conjunto de UC diretamente ou não afetadas pelo empreendimento, assim como, promovam apoio na elaboração de planos e programas voltados a proteção e conservação ambiental nos municípios contemplados por unidades, com o objetivo de implementação do SEUC.

Art. 4º São sujeitos ao pagamento da Compensação Ambiental de que trata este Decreto, as pessoas físicas, jurídicas, **públicas ou privadas** responsáveis por empreendimentos ou atividades enquadradas pelo órgão ambiental licenciador, como efetivas ou potenciais causadoras de significativo impacto ambiental não mitigável, **assim considerado pelo órgão ambiental competente com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.**

## CAPÍTULO II

### DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 5º A compensação ambiental oriunda de atividade ou empreendimento com significativo impacto ambiental, assim definido pelo órgão licenciador, tem por objetivo a compensação dos danos ambientais não mitigáveis causados ou a serem causados, e deverão ser aplicados na implantação e implementação de Unidades de Conservação **de Proteção Integral (UCPI)** federais, estaduais, municipais e privadas, existentes ou a serem criadas no território do Estado do Amazonas, com fundamento no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e/ou Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA), com respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA);

§ 1º - Existindo uma ou mais unidades de conservação ou zonas de amortecimento afetadas diretamente pelo empreendimento ou atividade a ser licenciada, independentemente do grupo a que pertençam, deverão estas ser beneficiadas com recursos da compensação ambiental, considerando, entre outros, os critérios de proximidade, dimensão, vulnerabilidade e infra-estrutura existente.

§ 2º - **inexistindo unidade de conservação ou zona de amortecimento afetada, parte dos recursos oriundos da compensação ambiental deverá ser destinada à criação, implantação ou manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral localizada preferencialmente no mesmo bioma e na mesma bacia hidrográfica do empreendimento ou atividade licenciada, considerando as Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade, identificadas conforme o disposto no Decreto n o 5.092, de 21 de maio de 2004, bem como as propostas apresentadas no EIA/RIMA.**

Art. 6º - As atividades prioritárias a serem consideradas na aplicação dos recursos de compensação ambiental previstas no inciso I, do artigo anterior, são:

- I. Regularização fundiária e demarcação das UC;
- II. Elaboração, revisão, **implantação e implementação** de plano de gestão;
- III. Atividades de proteção e fiscalização das unidades de conservação;
- IV. Aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua zona de amortecimento;
- V. Desenvolvimento de estudos necessários à criação de novas UC;
- VI. Desenvolvimento de pesquisas para a gestão da UC e Zona de Amortecimento; e





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

VII. Fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação;

VIII. ~~Outras consideradas relevantes pelo órgão gestor da unidade, a serem aplicadas na própria unidade de conservação.~~

§1º. Nos casos de Reserva Particular do Patrimônio Natural, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre, Área de Relevante Interesse Ecológico e Área de Proteção Ambiental, quando a posse e o domínio não sejam do Poder Público, os recursos da compensação somente poderão ser aplicados para custear as seguintes atividades:

I - elaboração do Plano de Gestão ou nas atividades de proteção da unidade;

II - realização das pesquisas necessárias para o manejo da unidade, sendo vedada a aquisição de bens e equipamentos permanentes;

III - implantação de programas de educação ambiental; e

IV - financiamento de estudos de viabilidade econômica para uso sustentável dos recursos naturais da unidade afetada.

§2º. É vedada aplicação de recursos de compensação ambiental para RPPN e RPDS criadas após o início do processo de licenciamento do empreendimento, bem como, despesas de capital.

~~Art. 7º - É facultado ao empreendedor, apresentar propostas para o cumprimento da compensação ambiental, que serão analisadas e verificadas sua elegibilidade no âmbito da Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), em consonância com o Plano de Trabalho.~~

### CAPÍTULO III

#### DA CÂMARA ESTADUAL DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - CECA

Art. 8º - Fica criada, na estrutura da **Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS)**, a Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), órgão de caráter deliberativo, tendo como finalidade **(em observação no art. 1º do Decreto 6848-09)**:

I - estabelecer prioridades e diretrizes para aplicação da compensação ambiental,

II - Analisar e aprovar os Planos de Trabalho para aplicação dos recursos apresentados pelas Entidades ou Órgãos Gestores de Unidades de Conservação selecionadas;

III. Promover a discussão técnica e deliberar sobre o tema relativo à Compensação Ambiental.

~~II - avaliar e auditar, periodicamente, a metodologia e os procedimentos de cálculo da compensação ambiental, de acordo com estudos ambientais realizados e percentuais definidos;~~

~~III - propor diretrizes necessárias para agilizar a regularização fundiária das unidades de conservação; e~~

~~IV - estabelecer diretrizes para elaboração e implantação dos planos de manejo das unidades de conservação.~~

~~I. Deliberar sobre a aplicação e o destino dos recursos provenientes da compensação ambiental;~~

~~II. Orientar e avaliar as atividades e prioridades referentes à Compensação Ambiental;~~

~~IV. Avaliar e aprovar a metodologia de cálculo da CA.~~



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Art. 9º - A CECA é composta pela Presidência e 6 membros, sendo 3 membros titulares da SDS e 3 membros titulares do IPAAM e seus respectivos suplentes, nomeados por meio de Portaria Conjunta da SDS e IPAAM.

§1º A presidência será exercida pelo titular da SDS, e na sua ausência pelo Titular do IPAAM;

§2º Os membros da Câmara serão indicados pelos titulares da SDS e IPAAM e designados mediante Portaria da SDS.

§3º A CECA poderá convidar representantes de outras entidades para participar dos trabalhos dos trabalhos com a finalidade de colaborar tecnicamente nos temas ou atividades específicas em análise pela Câmara, sem direito a voto.

§4º A SDS prestará o apoio técnico administrativo e coordenará as atividades da Câmara.

§5º Na hipótese de ser afetada unidade de conservação federal ou municipal, a reunião da CECA que tratar do tema deverá assegurar a participação com direito a voz e voto do órgão gestor da unidade afetada, e o respectivo representante do Conselho deliberativo da Unidade.

- I. Titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS;
- II. ~~Secretaria Executiva de Gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SECEX/SDS;~~
- III. ~~Secretaria Executiva Adjunta de Compensações e Serviços Ambientais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEACA/SDS;~~
- IV. ~~Centro Estadual de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CEUC/SDS;~~
- V. ~~Presidência do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM;~~
- VI. ~~Diretoria Técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – DT/IPAAM;~~
- VII. ~~Diretoria Jurídica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas;~~
- VIII. ~~Gerência vinculada a Diretoria Técnica do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas;~~

Art. 10 – ~~Cabe ao Fica instituído, no âmbito do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) o Comitê Técnico de Compensação Ambiental (CTECA), composto por equipe multidisciplinar, por técnicos do IPAAM, com a competência de:~~

- I. Elaborar o Parecer de Gradação;
- II. Calcular o percentual e o valor a ser cobrado para a compensação ambiental;**
- III. Indicar as unidades de conservação federais, estaduais, municipais ou privadas, a serem beneficiadas pela compensação ambiental.

--- Próximo evento Metodologia de Cálculo...

#### CAPÍTULO IV DA FIXAÇÃO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL





GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

~~Art. 11 - Para os fins de fixação da compensação ambiental, o órgão licenciador estabelecerá o grau de impacto a partir dos estudos ambientais realizados quando do processo de licenciamento ambiental, sendo considerados os impactos negativos, não mitigáveis e passíveis de riscos que possam comprometer a qualidade de vida de uma região ou causar danos aos recursos naturais, considerando-se a amplitude dos impactos gerados.~~

**Art. 11 - Para os fins de fixação da compensação ambiental, o IPAAM estabelecerá o grau de impacto a partir de estudo do impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, ocasião em que considerará, exclusivamente, os impactos ambientais negativos não mitigáveis sobre o meio ambiente.**

**§ 1º O impacto causado será levado em conta apenas uma vez no cálculo.**

**§ 2º O cálculo deverá conter os indicadores do impacto gerado pelo empreendimento e das características do ambiente a ser impactado.**

**§ 3º Não serão incluídos no cálculo da compensação ambiental os investimentos referentes aos planos, projetos e programas exigidos no procedimento de licenciamento ambiental para mitigação de impactos, bem como os encargos e custos incidentes sobre o financiamento do empreendimento, inclusive os relativos às garantias, e os custos com apólices e prêmios de seguros pessoais e reais.**

**§ 4º A compensação ambiental poderá incidir sobre cada trecho, naqueles empreendimentos em que for emitida a licença de instalação por trecho.**

~~Art. 12 - Nas atividades ou empreendimentos causadores de significativa degradação, licenciados com base em estudos ambientais, o valor destinado à compensação ambiental será estabelecido, no correspondente procedimento de licenciamento, devendo, a graduação do percentual destinado a Compensação Ambiental, considerar o grau dos impactos gerados.~~

**Art. Xº Para efeito do cálculo da compensação ambiental, os empreendedores deverão apresentar a previsão do custo total de implantação do empreendimento antes da emissão da Licença de Instalação, garantidas as formas de sigilo previstas na legislação vigente.**

**Art. Xº Para o cálculo da compensação ambiental serão considerados os custos totais previstos para implantação do empreendimento e a metodologia de gradação de impacto ambiental definida pelo IPAAM.**

~~Parágrafo Único: Na valoração dos danos ambientais, o IPAAM deverá fundamentar a exigência do percentual, quantificando os danos a partir da análise dos estudos ambientais ou de outros estudos disponíveis, com base em métodos de avaliação objetivos e reconhecidos, a ser regulamentado no prazo de 90 (noventa) dias da publicação deste Decreto.~~

**E para as disposições gerais**

## **CAPÍTULO V DA COBRANÇA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL**

**Art. 13 - Caberá ao IPAAM efetuar a cobrança do pagamento junto ao empreendedor para concessão da Licença de Instalação (LI).**



Art. 14 - Conforme determinação da CECA, em acordo com as diretrizes do Plano de Trabalho, A compensação ambiental poderá deverá ser cumprida por meio de:

I. Execução direta de serviços;

II. Dação de bens móveis ou imóveis e

II. Depósito de recursos financeiros em conta específica indicada pelo IPAAM em até quatro parcelas, devendo ser a primeira paga em até:

a — 30 (trinta) dias da concessão da Licença de Operação (LO), quando a compensação ambiental for estabelecida como condicionante na fase de Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI);

b — 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Termo de Compromisso, quando a obrigatoriedade do cumprimento da compensação ambiental for estabelecida nas outras fases do licenciamento;

§ 1º — O recolhimento das parcelas sucessivas se dará em períodos previstos no Termo de Compromisso, não podendo ter intervalo superior a 06 (seis) meses.

§ 2º — O não cumprimento do recolhimento das parcelas previstas nos prazos estabelecidos sujeita-se a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sem prejuízo das demais penalidades previstas no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental.

§ 3º — No caso do inciso II do *caput* deste artigo, poderá ser admitida como forma alternativa de cumprimento da compensação ambiental, a dação em pagamento de imóvel no interior de unidade de conservação, pendente de regularização fundiária.

§ 4º — No caso previsto no parágrafo anterior, é necessária prévia avaliação do imóvel a ser dado em dação em pagamento.

§ 5º — No caso do inciso III do *caput* deste artigo, quando a unidade de conservação a ser beneficiada não estiver sob a administração do Centro Estadual de Unidades de Conservação — CEU/SDS, o empreendedor deverá repassar diretamente os recursos financeiros, definidos pela CECA, ao órgão gestor da unidade de conservação favorecida.

Art. 15 — Em caso de não cumprimento das obrigações e prazos acordados no Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, o IPAAM executará as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das consequências explícitas no próprio Termo de Compromisso.

Parágrafo Único — A CECA solicitará ao órgão beneficiário da compensação ambiental apresentação de relatório anual da execução físico-financeiro do Plano de Trabalho aprovado, com base em critérios e indicadores previamente definidos.

#### Regimento Interno

Art. 16 - A cobrança da Compensação Ambiental se aplica:

I — Aos empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental não mitigáveis e que não tiveram a compensação ambiental definida na fase de licença prévia, terão a compensação ambiental estabelecida, na fase de licenciamento em que se encontrarem, posterior a instituição da Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007;

II — No caso de ampliação ou modificação de empreendimento já licenciado, o cálculo da compensação ambiental terá como base o valor total relativo à sua ampliação ou modificação.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

## **CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 17 – Os empreendimentos cuja intervenção seja motivada e caracterizada como de utilidade pública ou interesse social, terão tratamento diferenciado na fixação e cobrança da compensação ambiental;**

**PAROU AQUI....**  
**Próxima Reunião – 21-09-2012, às 09h**

Art. 17 - A CECA deverá dar publicidade às compensações ambientais realizadas no Estado, bem como informar anualmente, a aplicação dos recursos oriundos apresentando, contendo no mínimo informações sobre o empreendimento licenciado, o percentual fixado, o valor, o prazo de aplicação da compensação, as unidades de conservação beneficiadas ou os projetos e programas de gestão ambiental realizada, e as ações nelas desenvolvidas.

Parágrafo Único - A SDS terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desse Decreto, para fazer publicar a aprovação do Regimento Interno da CECA.

Art. 18 - Os casos omissos quanto à aplicação dos procedimentos relativos à compensação ambiental serão analisados pelo IPAAM e/ou SDS e encaminhados para apreciação e deliberação da CECA.

Art. 19 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.